

EDITAL PARA A ESCOLHA DISCENTE EM *FIELD PROJECTS* DA GRADUAÇÃO

O **CURSO DE GRADUAÇÃO DA FGV DIREITO RIO** comunica ao corpo discente a abertura do processo de escolha em *Field Project*, nos termos a seguir:

1. Das matrículas

- 1.1 As matrículas nas disciplinas de *Field Project* devem ser feitas por meio do aluno *on-line*, conforme os prazos definidos no Calendário Acadêmico.
- 1.2 As matrículas nas disciplinas de *Field Project* I, III e V correspondem ao período cursado.

2. Das escolhas

- 2.1 – A escolha discente do *Field Project* de interesse deverá ser feita por meio do link [Field Project](#), de 17 de janeiro a 21 de janeiro de 2025.
- 2.2 – Cada discente deverá indicar 3 opções de projetos por ordem de preferência, dentre a relação exposta, no ANEXO I deste Edital.
- 2.3 O Plano de Trabalho de cada projeto pode ser acessado por meio do link <https://direitorio.fgv.br/grade-curricular-graduacao>, em ‘Programa de *Field Project*’.

3. Da composição de *Field Project*

- 3.1 – A composição do *Field Project* respeitará as quantidades mínima e máxima informadas, no anexo deste edital.
 - 3.1.1 – A participação em mais de um *Field Project* poderá ser acolhida apenas se houver vagas remanescentes no projeto indicado.
 - 3.1.2 – O pré-requisito informado no ANEXO deste edital deverá observado na escolha de *Field Projects*, item 2.2.
- 3.2 – O CR acumulado e a classificação no vestibular, nos semestres de ingresso no 1º período, servirão como critérios de desempate, no caso de as escolhas ultrapassarem a quantidade máxima indicada para a composição do *Field Project*.
- 3.3 – Em caso de empate de CR, a vaga será atribuída à(ao) discente com matrícula mais antiga.
- 3.4 – Se o empate se mantiver, prevalecerá a ordem de inscrição.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2025.



Thiago Bottino
Coordenador de Graduação

ANEXO I – QUADRO DA OFERTA DE FIELD PROJECT (FP)

Nº	FP / PROBLEMA / OBJETIVO / PRODUTO	AUTORIA / SUPERVISÃO	PÚBLICO-ALVO	REQUISITO	COMPOSIÇÃO	
					MIN	MAX
1	<p>A ADVOCACIA FEMININA NO RIO DE JANEIRO: OS DESAFIOS E CONQUISTAS NO MERCARDO Problema: Quais os desafios e conquistas que as mulheres passam ao se inserirem no mercado de trabalho jurídico do Rio de Janeiro? Quais os desafios que as advogadas enfrentam em acessar postos de comando em comissões da OAB/RJ e na própria instituição? Objetivo: Produzir pesquisa e abrir espaço para debater sobre o dia a dia da advocacia feminina do Rio de Janeiro, criando assim, um banco de dados por meio das entrevistas da evolução da mulher no mercado de trabalho jurídico. Produto: A criação de um podcast com entrevistas preparadas pelos discentes e realizadas por eles com advogadas com atuação no Rio de Janeiro, a serem publicados em uma rede social criada para o Field. Será produzido um material da forma de áudio.</p>	Luanna da Silva Figueira	Advogadas do Rio de Janeiro, pesquisadoras/estudantes de gênero e mercado de trabalho	Aberto para todo o corpo discente	6	10
2	<p>A HISTÓRIA DA ADVOCACIA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO SOB A PERSPECTIVA FEMININA Problema: Quais os principais desafios enfrentados pelas mulheres com o surgimento da advocacia empresarial no Brasil? Como se inseriram no mercado de trabalho? Objetivo: Produzir uma memória oral sobre a expansão da participação feminina na fundação e evolução da advocacia empresarial no Rio de Janeiro, bem como um evento presencial de debate sobre temas relacionados. Produto: Videocasts com entrevistas preparadas pelos discentes e realizadas por eles com sócias e advogadas de grandes escritórios de advocacia empresarial fundados – ou com atuação preponderante - no Rio de Janeiro, a serem publicados nas principais plataformas digitais criadas para o Field Project.</p>	Luiz Guilherme Migliora e Amanda Simões	Sócias e advogadas de escritórios de advocacia empresarial no Rio de Janeiro	Aberto para todo o corpo discente	6	10
3	<p>A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DEFENSIVA NA PRODUÇÃO DA PROVA PERICIAL: UM ESTUDO DE CASO Problema: Busca apresentar esta discussão aos alunos através de três experiências práticas: 1. Visita ao Núcleo de Investigação Defensiva da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, experiência pioneira no Brasil que realiza diligências investigativas, em especial aquelas relacionadas às provas periciais; 2. Encontros com o coordenador e integrantes do Núcleo de Investigação Defensiva da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; 3. Análise jurídica de uma ação de revisão criminal apresentada pelo Núcleo e que tem como um dos objetos a discussão sobre a prova pericial produzida nos autos. Objetivo: Refletir sobre o papel da prova pericial no processo penal e sobre a importância do atuar defensivo na produção deste elemento probatório. Produto: Relatório apresentando análise da revisão criminal disponibilizada pelo Núcleo de Investigação Defensiva da Defensoria Pública RJ.</p>	<p>Autoria: Fernanda Prates e Thiago Bottino</p> <p>Supervisão: A definir</p>	Núcleo de Investigação Defensiva da Defensoria Pública- RJ	Aberto para todo o corpo discente	6	10
4	<p>A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PODE SUBSTITUIR OS ADVOGADOS? - UMA ANÁLISE PRÁTICA Problema: Falta de acesso da população ao conhecimento jurídico e o papel da inteligência artificial na advocacia moderna. Objetivo: Oferecer à população brasileira conteúdo qualificado para atender a suas principais demandas cotidianas, bem como capacitar os alunos no sentido de um entendimento amplo do modo mais eficiente de comunicar-se com a sociedade civil na resolução de demandas jurídicas, através do uso de inteligência artificial. Em paralelo, educar os alunos sobre como funciona e quais são os limites da inteligência artificial – promovendo discussões sobre quão longe pode chegar à inteligência artificial sem a mão de obra humana ou sobre limites de ordem social que o uso da IA enfrenta. Produto: Documento produzido pelo grupo de alunos sobre o uso e o limite da inteligência artificial para solucionar demandas jurídicas, investigando quando a mão de obra humana é necessária para complementar as respostas</p>	<p>Autoria: Ana Luísa Gouveia e Yannik Biebert</p> <p>Supervisão: Renan Carvalho</p>	Sociedade brasileira (ONGs, empresas de pequeno e médio porte, cidadãos)	Aberto para todo o corpo discente	6	10

	oferecidas pela tecnologia. O documento potencialmente será utilizado para desenvolver uma pesquisa da autora do Field Project conduzida na Alemanha, sujeito à publicação. Além disso, cada aluno ou dupla de alunos será responsável por escrever um ou mais artigos sobre o uso e os limites da inteligência artificial para eventual publicação (por exemplo, na Revista Jota).				
5	<p>ALMA FEMININA</p> <p>Problema: O projeto segue uma metodologia de pesquisa aplicada, com quantitativo e qualitativo, além de referências da psicologia social que foi adaptada especificamente para esse processo. A ALMAR é uma empresa com ampla experiência na gestão de projetos de gestão de programas de relacionamento e comunidade com alto reconhecimento no varejo. Através do Alma Feminina, um produto e criação da própria empresa, a agência emprega seu conhecimento técnico em uma solução de finalidade social, abrindo seu espaço físico de escritório, recursos e horas da equipe para fomentar e hospedar encontros empresariais e fortalecer esse projeto de desenvolvimento social no campo empresarial.</p> <p>Objetivo: Os encontros do Projeto Alma Feminina, além de proporcionarem valiosos insights aos participantes que verão desafios em prática do universo administrativo, burocrático, do campo de direito e varejo, absorverão estes ensinamentos e nos apoiarão em um processo de curadoria, criação e realização de um livro, sob orientação da ALMAR e validação do grupo diretivo. A obra será o resultado das ideias e experiências compartilhadas, perpetuando o conhecimento e transmitindo-o a outras interessadas. Nosso objetivo é documentar tanto a metodologia realizada pela ALMAR a projetos de comunidade, uma vez que, desde o princípio, 100% das envolvidas passam por um processo de pesquisa de base que direciona aos assuntos mais latentes e relevantes ao grupo, guiando, dessa forma, a temática de cada encontro, assim como os impactos, iniciativas e soluções criadas a partir desse processo de conexão e rede entre essas mulheres.</p> <p>Produto: Apresentar um livro com perfil documental/jornalístico que contenha a curadoria de alguns temas trabalhados no processo das reuniões, negócios em destaque e impacto no varejo carioca, conceitos e referências bibliográficas que serão discutidas no embasamento destas reuniões e facilitações tanto no escritório da ALMAR como no campus da universidade, curadorias de imagens e entrevistas com mulheres membras do grupo.</p>	Vanessa Moço e Sara Freitas	ALMAR	Aberto para todo o corpo discente	6 10
6	<p>ARGUMENTAÇÃO EMPÍRICA EM DECISÕES JUDICIAIS</p> <p>Problema: Como informações quantitativas são incorporadas na argumentação jurídica em decisões das cortes superiores no Brasil? O objetivo do Field Project é coletar exemplos de votos e decisões que usam dados quantitativos, analisar e explicar com linguagem acessível tanto as informações quanto a relevância dos argumentos no contexto em que foram apresentados.</p> <p>Objetivo: Apresentar e discutir de casos em que argumentos quantitativos foram utilizados nas decisões de tribunais superiores no país. Produto irá explicar em linguagem acessível aspectos dos argumentos apresentados, e a relevância deles na tomada de decisão judicial para compreender e chamar atenção para o papel que podem desempenhar na argumentação jurídica.</p> <p>Produto: Conjunto de textos curtos analisando decisões de Tribunais a serem publicados na internet, e.g. em blog ou página do centro de pesquisa.</p>	<p>Autoria: José Luiz Nunes</p> <p>Supervisão: Leandro Léo Rebelo</p>	Operadores do Direito e Sociedade Civil	Aberto para todo o corpo discente	6 10
7	<p>CARTILHA SOBRE MEDIAÇÃO – LEI 13.140/2015</p> <p>Problema: Muitos conflitos são direcionados para o Poder Judiciário, mas poderiam ser resolvidos pelos próprios envolvidos com o auxílio de uma pessoa neutra e imparcial para facilitar o diálogo.</p> <p>Objetivo: Elaborar uma cartilha sobre as características da mediação e divulgação sobre como resolver os conflitos utilizando os métodos adequados de resolução de conflitos contribuindo para a sustentabilidade do Poder Judiciário.</p> <p>Produto: Cartilha explicando sobre a mediação.</p>	Cristiane Carneiro	Ser integrante do Núcleo de Mediação e Negociação	Ser integrante do Núcleo de Mediação e Negociação	6 10

<p>COMPETITION WEEK 2025 – LONDON & EDINBURGH</p> <p>Problema: The proposed project aims to track, compare, and measure the global initiatives currently underway to regulate competition in online platforms, with a view to informing and guiding policymaking across the numerous jurisdictions that have adopted or are considering adopting relevant rules (so far: Europe, Germany, United Kingdom, Turkey, Japan, South Korea, India, Brazil, United States, South Africa and Australia).</p> <p>Objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Objective 1: Track. We will monitor international developments in legislation aimed at regulating competition in online platforms. For jurisdictions that are still considering relevant laws (i.e. Brazil, South Korea, Australia, India, US) we will monitor legislative proposals, while for jurisdictions where relevant laws exist (i.e. EU, UK, Germany), we will monitor implementation, and in particular, decisions on the designation of undertakings as gatekeepers (or similar roles), the imposition of obligations, breach of obligations, penalties, and market investigations. Legislative texts and implementing decisions are available online and, where necessary, we will translate these materials to English. • Objective 2: Measure. We will develop metrics on the application of adopted regulations, such as the number of designated undertakings, the time taken to reach designation decisions, the number of appeals, the success rate of appeals, the time taken to reach infringement decisions and to implement adequate remedies, the number of times the various obligations are imposed etc. Standardized and available in English, our measurements will provide a good international overview of the regulatory activity in the regulation of competition in online platform markets. Our goal is realistic as the total number of legal instruments and issued decisions is currently less than 100 in the jurisdictions studied. • Objective 3: Compare. We will compare enacted and contemplated laws to elicit meaningful cross-jurisdictional insights, particularly regarding their relative performance as per our metrics, major challenges and obstacles encountered in their adoption or implementation, and whether and to what extent regulators are influenced by the experiences and activities of their peers. • Overarching Objective 4: Guide. The ultimate goal of our project is to provide regulators, authorities, and academics with up-to-date, systematic, cross-jurisdictional information and guidance on the state and performance of international legal instruments on the regulation of competition in online platform markets. For jurisdictions that are still considering relevant rules, our data and analysis will provide the most comprehensive overview of international developments to help them draw inspiration and learn from others’ experience, including by providing benchmarks to help regulators assess the resources needed to effectively enforce such laws. For jurisdictions that already have rules in place, our work will provide comparative insights into regulatory approaches, effectiveness, and performance. <p>Produto: The Project will produce a report with a comparative assessment, including through infographics and other visualization tools, about the current initiatives to regulate competition in online platforms. Participants will be invited to travel to two important events, in London and Edinburgh, to present the findings of the project before regulators. This activity will be developed in the context of the E-commerce Research Group (Núcleo de Estudos em E-commerce) and in partnership with relevant stakeholders. For more information about the Competition Week, see https://direitorio.fgv.br/competition-week.</p>	<p>Nicolo Zingales</p>	<p>Legislators and enforcers of competition law</p>	<p>Aberto para todo o corpo discente</p>	<p>6</p>	<p>10</p>
<p>CONCENTRAÇÃO DO MERCADO DE APOSTAS DE QUOTA FIXA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL E EUA</p> <p>Problema: Formas de compreender a concentração do mercado de apostas de quota fixa e estratégias para enfrentá-la à luz da regulação e de sua natureza.</p> <p>Objetivo: Pensar em soluções para a concentração do mercado de apostas de quota fixa no Brasil em relação direta com os objetivos públicos associados a essa atividade econômica.</p> <p>Produto: Formulação de um relatório, com base nos dados disponíveis, propondo soluções para eliminar esse problema em um setor em ascensão da economia nacional.</p>	<p>Autoria: Isabel Veloso e Luiz César Martins Loques Supervisão: Luiz César Martins Loques</p>	<p>Advogados e acadêmicos que têm interesse em se aprofundar no Direito Administrativo e no Mercado de Apostas</p>	<p>Aberto para todo o corpo discente</p>	<p>6</p>	<p>10</p>

<p>10</p> <p>DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS FISCAIS NA REFORMA TRIBUTÁRIA Problema: Quais são os benefícios fiscais da Reforma Tributária atualmente vigentes? Qual o volume de renúncia de receita a eles vinculado em relação ao total da arrecadação? Esses benefícios fiscais ainda se justificam ou não são mais necessários? Os setores econômicos beneficiados não poderiam ser fomentados de outra forma? Em caso afirmativo, de que forma? Objetivo: O objetivo é mostrar à população, em que situações o Estado não cobra ou cobra a menor os tributos e, com isso, deixa de arrecadar e aplicar a respectiva receita renunciada em políticas públicas. Em paralelo, objetiva-se, com o diagnóstico fiscal, espelhar a realidade do lobby setorial junto aos diferentes atores públicos. Produto: Ao final, será produzida uma cartilha informativa ao público em geral, em linguagem acessível, com a utilização de diversos recursos visuais (tabelas, gráficos, desenhos e figuras simbólicas), esclarecendo à população, quais setores econômicos são beneficiados e conseqüentemente não pagam ou pagam menos tributos quando comparados ao contribuinte ordinário.</p>	<p>Autoria: Gustavo Fossati</p> <p>Supervisão: A definir</p>	<p>Sociedade como um todo</p>	<p>Aberto para todo o corpo discente</p>	<p>6</p>	<p>10</p>
<p>11</p> <p>DIREITO À SAÚDE MENTAL NA PRÁTICA JURÍDICA CONTEMPORÂNEA Problema: Adequação da prática jurídica à complexidade dos direitos de pessoas com transtornos mentais, especialmente diante dos desafios contemporâneos como a regulação da internação compulsória, interdição, proteção de dados sensíveis, assédio no ambiente de trabalho, e a aplicação de medidas de segurança para pessoas inimputáveis, em conformidade com o ordenamento jurídico e a bioética. Objetivo: Capacitar os alunos a compreenderem e aplicar o arcabouço jurídico relacionado à proteção e promoção da saúde mental, desenvolvendo habilidades para lidar com questões práticas, éticas e regulatórias no contexto contemporâneo, com ênfase na defesa dos direitos de pessoas com transtornos mentais em diversos âmbitos da prática jurídica, como saúde pública, trabalho, proteção de dados e responsabilidade civil e penal. Produto: Elaboração de uma cartilha informativa voltada ao público em geral, com o objetivo de esclarecer os direitos das pessoas com transtornos mentais e as obrigações dos profissionais e instituições que atuam na área da saúde mental. A cartilha abordará temas como o direito à saúde, a internação voluntária e compulsória, proteção de dados sensíveis, e direitos trabalhistas relacionados à saúde mental.</p>	<p>Anna Luiza Pinage Barbosa</p>	<p>Sociedade civil, empresários e investidores</p>	<p>Aberto para todo o corpo discente</p>	<p>6</p>	<p>10</p>
<p>12</p> <p>DIREITO E CINEMA: UMA INTERSEÇÃO NECESSÁRIA Problema: Poucos estudos acadêmicos são voltados à relação entre Direito e Arte, especificamente o Cinema. Necessidade de estudo e análise de temas de filmes estrangeiros à luz do direito brasileiro. Quando assistimos a um filme, muitas vezes, questionamos quais seriam as repercussões jurídicas do caso no Direito brasileiro e como associar o filme ao Direito. O Field Project buscará, portanto, associar o Direito ao Cinema, por meio de debates e produção de conteúdo de forma lúdica a partir da elaboração de um perfil no Instagram e de um Podcast. Objetivo: Contribuir na implementação de modelo integrado entre Direito e Arte, que possui como meta o desenvolvimento de senso crítico e reflexivo na análise de situações da ficção atreladas a conteúdos jurídicos, de modo a aproximá-los para facilitar a promoção da conexão entre lei, teoria e prática. A criação do produto final será referência para a relação entre Direito e Cinema à sociedade em geral e a profissionais do Direito e da mídia comunicativa. Produto: Será produzido um perfil no Instagram para a associação entre Direito e Cinema e a elaboração de um Podcast, por meio de indicação de filmes, debates, produção de vídeos pelos alunos por meio da escolha de um filme/série para indicar a sua relação com o Direito brasileiro. Haverá produção de conteúdo no formato de vídeo e conteúdo escrito. Poderá haver também a participação de convidados especialistas nos temas escolhidos.</p>	<p>Simone Cohn Dana</p>	<p>Sociedade civil, estudantes, profissionais do Direito e de Mídia/Cinema</p>	<p>Aberto para todo o corpo discente</p>	<p>6</p>	<p>10</p>

13	<p>EDUCAÇÃO EM CLIMA DE MUDANÇA – O LIXO QUE PRODUZIMOS NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO</p> <p>Problema: A gestão inadequada de resíduos sólidos no Brasil, decorrente de décadas de práticas ineficientes nas atividades econômicas produtivas, tem resultado em volumes significativos de descartes, em sua maioria acumulados em locais inadequados e ambientalmente insustentáveis. Essa problemática não apenas afeta o meio ambiente, mas também evidencia lacunas estruturais nas políticas públicas e na conscientização social acerca da gestão de resíduos. Nesse cenário, a Universidade, como espaço privilegiado de produção de conhecimento e formação de opiniões, desempenha um papel estratégico na promoção de soluções sustentáveis. Além de capacitar indivíduos para atuarem como agentes de transformação social, a instituição pode liderar iniciativas voltadas para a conscientização e implementação de práticas que enfrentem os desafios relacionados aos resíduos sólidos, fortalecendo sua responsabilidade ambiental.</p> <p>Objetivo: O presente Field Project (FP) tem como objetivo analisar as percepções da comunidade universitária sobre a coleta seletiva e a reciclagem, avaliando sua eficácia como instrumentos para a redução de resíduos no ambiente acadêmico. A proposta busca, além de fomentar a conscientização sobre práticas adequadas de descarte, promover a redução da geração de resíduos, incentivar o reaproveitamento de materiais recicláveis e assegurar o encaminhamento adequado para locais especializados. Essa iniciativa visa não apenas fortalecer a educação ambiental no âmbito universitário, mas também contribuir para a construção de uma cultura institucional voltada à sustentabilidade e à responsabilidade socioambiental.</p> <p>Produto: Relatório sobre a Conscientização de Alunos/as e Trabalhadores/as da FGV em Relação ao Descarte de Resíduos Sólidos na Universidade. Este relatório tem como objetivo avaliar o nível de conscientização de alunos/as e trabalhadores/as da FGV sobre o descarte de resíduos sólidos no ambiente universitário. A análise abrange a identificação dos principais tipos de resíduos descartados, a verificação do cumprimento das normas de descarte sustentável e a proposição de estratégias para a melhoria das práticas existentes. O documento busca oferecer uma visão abrangente da gestão de resíduos na instituição, destacando desafios e oportunidades para promover uma cultura de sustentabilidade e responsabilidade ambiental no contexto universitário.</p>	Paola Bettamio Mendes	Sociedade civil, estudantes, profissionais do Direito e de Mídia/Cinema	Aberto para todo o corpo discente	6	10
14	<p>ENTENDENDO A COP30 NO BRASIL</p> <p>Problema: Em novembro de 2025, a 30ª edição da Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30) será realizada em Belém do Pará, com fluxo esperado de mais de 40 mil visitantes na cidade, incluindo delegações diplomáticas do mundo inteiro. Contudo, ainda há pouco conhecimento da magnitude do evento para a sociedade em geral, o que representa uma perda da oportunidade de conscientização sobre justiça ambiental no Antropoceno. Na prática, informações sobre a COP-30 podem ser cobradas no vestibular e relacionam-se transversalmente com qualquer área do Direito atualmente.</p> <p>Objetivo: O principal objetivo é conscientizar jovens sobre os desafios de justiça ambiental por meio da disseminação do histórico e expectativas para a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas em um estado amazônico brasileiro em 2025. Para os estudantes da FGV, busca-se oferecer o conhecimento das normas e instituições internacionais relacionadas à governança climática, a reflexão sobre o papel dos profissionais do Direito no enfrentamento da crise e a oportunidade de compartilhar seus aprendizados e reflexões com a comunidade externa por meio de material e linguagem adequados.</p> <p>Produto: Os produtos são: (1) o desenvolvimento de uma cartilha informativa e visual “Entendendo a COP30”; (2) a apresentação do seu conteúdo para turmas de pré-vestibulares sociais e (3) a organização de evento aberto “Expectativas para a COP30” com a participação de organizações do setor, com ênfase em dimensões institucionais e legais.</p>	Gabriela Hühne Porto	Pré-vestibulares sociais e organizações da área climática	Aberto para todo o corpo discente	6	10

15	<p>ESG NO MERCADO DE CAPITAIS BRASILEIRO Problema: Como as práticas ESG são executadas e informadas ao mercado pelos emissores de valores mobiliários no Brasil? Objetivo: Capacitar os(as) discentes para identificar problemas e aplicar soluções práticas a fim de que sejam executadas e informadas adequadamente as práticas ESG no Brasil. Produto: Relatório analítico a descrever como as práticas ESG são executadas e informadas ao mercado pelos emissores de valores mobiliários no Brasil e analisar a eficácia dessas práticas, sob a perspectiva concreta e de mercado.</p>	<p>Autoria: Cláudio Luiz de Miranda</p> <p>Supervisão: A definir</p>	<p>Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Agentes do mercado de capitais nacional</p>	<p>Aberto para todo o corpo discente</p>	<p>6</p>	<p>10</p>
16	<p>FGV BLOG DE ARBITRAGEM Problema: O FGV Blog de Arbitragem pretende criar um espaço democrático para a publicação de textos sobre arbitragem, suprindo uma lacuna existente no meio acadêmico que é o espaço para a publicação pelo corpo discente e por aqueles que não possuem mestrado/doutorado, mas que têm grande conhecimento e interesse no assunto. Além disso, é o único editorial brasileiro com publicações semanais e exclusivas sobre arbitragem. Objetivo: Por meio de um formato menos tradicional, agregar conteúdo de qualidade, produzido por atores de diferentes meios no campo arbitral, democratizando o acesso à arbitragem. Publicação semanal de posts com até 2.000 palavras. Produto: O produto é o FGV Blog de Arbitragem (https://www.fgvblogdearbitragem.com.br) e seus posts semanais, de até 2.000 palavras. O FGV Blog de Arbitragem, que já publicou 43 textos, mantém mailing que já conta com 134 inscritos e 530 seguidores no LinkedIn.</p>	<p>Autoria: Fabiane Verçosa</p> <p>Supervisão: Bernard Potsch</p>	<p>Comunidade Arbitral</p>	<p>Aberto para todo o corpo discente</p>	<p>6</p>	<p>10</p>
17	<p>FONTE DO CONSUMIDOR Problema: A ausência de informação e letramento adequados a conhecimentos sobre direitos de consumidoras(es) jovens, nova geração ingressante no mercado de consumo. Objetivo: Conscientizar jovens, especificamente, e público consumidor, de modo geral, acerca de direitos dos consumidores. Produto: Desenvolvimento de ações com linguagem jurídica de fácil compreensão do público leigo, na promoção dos direitos de consumidoras(es), por meio de vídeos e conteúdo escrito para o Instagram.</p>	<p>Autoria: Filipe Medon</p> <p>Supervisão: Simone Cohn Dana</p>	<p>Jovens consumidoras e consumidores</p>	<p>Aberto para todo o corpo discente</p>	<p>6</p>	<p>10</p>
18	<p>IAMOOT: TRÁFICO DE PESSOAS E DIREITOS HUMANOS Problema: Mapear normativas nacionais e internacionais a respeito do tráfico de pessoas. Que padrões de diligência foram desenvolvidos por organismos internacionais aos Estados, no combate do tráfico de pessoas? Em jurisdições nacionais, que direcionamentos existem acerca das políticas públicas que devem ser empreendidas? Existem padrões consistentes sobre a atuação das forças policiais? Objetivo: Expor as pessoas participantes à dinâmica de pesquisas das competições internacionais de que a Escola participa. A partir do tema divulgado para o IAMoot 2025 – Tráfico de Pessoas e Direitos Humanos –, alunos de todos os períodos são convidados a realizar pesquisas similares às empreendidas pela Equipe selecionada ao Moot. Assim, os métodos de pesquisa adequados em instituições internacionais serão repassados às pessoas participantes, e os resultados produzidos podem subsidiar a Equipe em sua participação na competição. Produto: Os resultados serão incorporados aos produtos desenvolvidos pela equipe participante do IAMoot (memorial escrito e apresentação oral). Após a conclusão da competição, os resultados do Field Project darão origem a um relatório próprio.</p>	<p>Leandro Léo Rebelo</p>	<p>Academia de Direito Internacional de Direitos Humanos, notadamente a Washington College of Law vinculada à American University/Washington, D.C.</p>	<p>Aberto para todo o corpo discente</p>	<p>6</p>	<p>10</p>
19	<p>MEIOS DE PAGAMENTOS, SPLIT PAYMENTS E A REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO Problema: Como o sistema de split payment impactará a dinâmica tributária e operacional das relações de consumo, e quais são os desafios e oportunidades que ele apresenta para os principais atores (empresas, consumidores e administração tributária)? Objetivo: Analisar os desafios e impactos do split payment no novo modelo tributário brasileiro, compreendendo suas implicações práticas, jurídicas e econômicas, e propor soluções e recomendações para os agentes envolvidos.</p>	<p>Autoria: Leonardo Costa e Gabriela Borges</p>		<p>Aberto para todo o corpo discente</p>	<p>6</p>	<p>10</p>

	<p>Produto: Relatório analítico: Documento final com diagnóstico dos desafios e oportunidades, incluindo recomendações práticas e jurídicas para os setores afetados.</p>	<p>Supervisão: Gustavo de Santana</p>				
120	<p>MONITORAMENTO DE REFORMA DE PODERES DE TRIBUNAIS CONSTITUCIONAIS Problema: Os debates sobre reformas judiciais que afetam os poderes de tribunais constitucionais estão se tornando frequentes pelo mundo e no Brasil, o que potencialmente afeta o desenvolvimento democrático dos países. Objetivo: Produção de relatório a ser apresentado à comunidade acadêmica. Desenvolvimento de conceitos do direito constitucional comparado. Desenvolvimento de habilidades críticas e analíticas. Introdução à pesquisa comparada, incluindo formulação de hipóteses, coleta de dados e análise de resultados. Produto: Relatório de pesquisa que contém um mapeamento das principais propostas de reformas de tribunais constitucionais ao redor do mundo, a partir de variáveis capazes de traçar um panorama entre as diferenças dos fenômenos em cada sistema político.</p>	<p>Sérgio Paranhos Kezen</p>	<p>Comunidade acadêmica, especialmente os interessados em tribunais constitucionais e autoritarismo</p>	<p>Aberto para todo o corpo discente</p>	6	10
21	<p>OBSERVATÓRIO DAS MULHERES NA POLÍTICA Problema: Quais as dificuldades que as mulheres parlamentares passam no exercício de sua atividade legislativa? Existe um direcionamento da atividade legislativa feminina a comissões classificadas como soft politics (que tratam de cuidado e assistência)? Como se deu a trajetória política das atuais deputadas estaduais e federais do Rio de Janeiro? Como elas ultrapassaram as barreiras estabelecidas socialmente? Que ações poderiam ser implementadas no sentido de aumentar o número de mulheres na política brasileira? Objetivo: Analisar em que medida a hierarquização social de gêneros influencia na ocupação de espaços políticos estratégicos no âmbito interno do Parlamento (limitando o campo de possibilidades de atuação, de oportunidades de ascensão em cargos de comando e o acúmulo de capital político pelas mulheres), a partir de entrevistas com deputadas estaduais e federais do RJ que buscarão investigar os obstáculos, as causas históricas e a posição destinada às mulheres parlamentares nas comissões permanentes e nos cargos de comando do Poder Legislativo Estadual e Federal. Produto: Em 2023.1, foi realizada a criação do Observatório das Mulheres na Política, do perfil no Instagram, bem como a análise de dados relativos às comissões permanentes do Senado Federal, para verificar que cargos as mulheres senadoras ocupam e de quais comissões elas participam. Em 2023.2, o perfil do Instagram foi mantido e foi realizado o mapeamento dos dados relativos à participação feminina nas comissões permanentes da Câmara dos Deputados. Em 2024.1, realizaram-se entrevistas com vereadoras do município do Rio de Janeiro, com o objetivo de perquirir dados qualitativos. No intuito de dar continuidade ao trabalho já iniciado, propõe-se, em 2024.2, como primeiro produto, a manutenção do Observatório e do perfil no Instagram, com o objetivo de realizar a divulgação de informações, dados e levar reflexões à sociedade. Como segundo produto, pretende-se entrevistar deputadas estaduais e federais do Rio de Janeiro, a fim de se realizar uma pesquisa qualitativa em torno da sub-representação feminina na política.</p>	<p>Autoria: Tainah Sales Supervisão: Simone Cohn Dana</p>	<p>Sociedade brasileira como um todo</p>	<p>Aberto para todo o corpo discente</p>	6	10
22	<p>OFICINA DE MÉTODOS DIGITAIS DE PESQUISA: CONSTRUINDO BASES PARA ETNOGRAFIA DIGITAL E ANÁLISE DE REDES SOCIAIS Problema: A proposta parte do pressuposto de que o aumento das interações online exige novas formas de coletar e analisar dados que sejam extraídos deste contexto de digitalização. Profissionais das diferentes áreas terão o desafio de trabalhar a partir de informações produzidas no contexto das plataformas de rede social, tornando necessárias aos diferentes profissionais da área do Direito, seja dentro ou fora da pesquisa, o domínio de ferramentas próprias da produção de etnografias digitais. Objetivo: Compreendendo que o aumento das interações nas plataformas de redes sociais gera uma vasta produção de dados, essenciais para a análise de tendências e comportamentos, a oficina de métodos visa capacitar os alunos a coletarem e analisarem esses dados utilizando diversas ferramentas e metodologias, adaptadas a diferentes objetivos de pesquisa.</p>	<p>Giullia Marques Thomaz Ferreira</p>	<p>Público em geral, mas principalmente voltado para profissionais do Direito que buscam aprender métodos de análise das redes sociais</p>	<p>Aberto para todo o corpo discente</p>	6	10

	<p>Produto: Cada aluno irá desenvolver uma apresentação de cerca de 10 minutos, mostrando como utilizou ao menos 2 metodologias de pesquisa apresentadas para a produção de uma breve etnografia digital de um tema de seu interesse. O conjunto de apresentações formará a programação de um workshop de métodos digitais de análise.</p>					
23	<p>OLIMPÍADAS DE DIREITO ADMINISTRATIVO Problema: Não se aplica. Objetivo: Posicionar a FGV como líder nas Olimpíadas de Direito Administrativo. Produto: Pontuação de destaque nas Olimpíadas Nacionais de Direito Administrativo.</p>	<p>Autoria: Patrícia Sampaio Supervisão: Pedro Barreto e Renato Toledo</p>	<p>Sociedade em geral. Comunidade acadêmica</p>	<p>Aberto para discentes do 5º período</p>	6	10
24	<p>OPERAÇÕES DE M&A Problema: Qual é a importância dos advogados na criação de soluções e proteções jurídicas em negociações de contratos em operações de M&A? Objetivo: Proporcionar aos alunos aprendizado sobre diversos institutos relacionados às Fusões e Aquisições (i.e., Operações de M&A) e às reorganizações societárias, com especial enfoque à aplicação prática destes institutos. Estudar de forma abrangente e multidisciplinar as Operações de M&A. Analisar a aplicação da legislação societária e de mercado de capitais, inclusive com base em precedentes regulatórios. Provocar o interesse dos alunos para questões jurídicas atinentes ao ambiente empresarial e à dinâmica econômica. Meta final: elaborar guia de estudos e de atuação em operações de M&A. Produto: Guia de estudos e de atuação em operações de M&A..</p>	<p>Autoria: João Pedro Nascimento Supervisão: Arnaldo Ferreira</p>	<p>Liga de M&A da FGV Direito Rio</p>	<p>Aberto para todo o corpo discente</p>	6	10
25	<p>PADRÕES DE DESIGN ENGANOSOS (DECEPTIVE PATTERNS) NO AMBIENTE DIGITAL: ELABORAÇÃO DE UM GUIA ORIENTATIVO Problema: O problema regulatório em questão, no contexto digital, envolve a manipulação das escolhas dos usuários por meio de técnicas de design enganosas, conhecidas como deceptive patterns. Essas práticas, através de heurísticas e vieses comportamentais na arquitetura da escolha, manipulam os usuários a tomarem decisões que eles normalmente não tomariam e que lhe são potencialmente prejudiciais, violando normativos como a LGPD e CDC. Assim, é de relevância se pensar em formas de orientação para aumentar a conscientização dos consumidores sobre tais métodos de engano no ambiente digital. Objetivo: O objetivo principal do guia orientativo é fornecer um instrumento colaborativo e educativo para promover a conscientização e a transparência no ambiente digital brasileiro, auxiliando a sociedade e os stakeholders envolvidos a reconhecer e evitar práticas de design enganosas que comprometem os direitos dos consumidores e a conformidade regulatória. Produto: Guia orientativo com categorização dos padrões manipulativos de design de interfaces (deceptive patterns) e diretrizes para identificação e prevenção destes no ambiente digital no contexto brasileiro.</p>	<p>Autoria: Júlia Palmier e Leandro Molhano Supervisão: Júlia Palmier</p>	<p>Consumidores, reguladores (como a ANPD), empresas que atuam no ambiente digital</p>	<p>Aberto para todo o corpo discente</p>	6	10
26	<p>PODCAST: CASOS E ACASOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL Problema: A ausência de conteúdo acessível e de fácil compreensão sobre decisões emblemáticas do STF para o público não especializado. Embora as decisões do STF sejam amplamente divulgadas, há uma dificuldade de comunicação que impede que a população compreenda o impacto dessas decisões em suas vidas e no desenvolvimento do direito brasileiro. Objetivo: O curso visa capacitar os alunos a entenderem profundamente casos emblemáticos do STF e a criar um podcast que explore esses casos de maneira didática e acessível ao público. O podcast será uma ferramenta de divulgação jurídica, permitindo a popularização do conhecimento jurídico e o entendimento do papel do STF no Brasil. Produto: Cada aluno deverá gravar um podcast sobre um caso emblemático do STF, destacando sua importância para o cenário jurídico brasileiro e seu impacto na sociedade, transmitindo a informação de modo acessível ao público.</p>	<p>Matheus Castro</p>	<p>Sociedade Civil; Judiciário brasileiro</p>	<p>Aberto para todo o corpo discente</p>	6	10
27	<p>PRÁTICA DE DIREITO ELEITORAL Problema: Formação do advogado eleitoralista nos valores da defesa do Estado Democrático de Direito e no combate à desinformação.</p>	<p>Emílio Paulo Pinheiro D'Almeida Lins</p>	<p>Sociedade Civil Organizada, Partidos Políticos, Associações</p>	<p>Aberto para discentes a</p>	6	10

	<p>Objetivo: Contribuir para uma leitura positiva do exercício da cidadania e participação política, aproximando o operador do direito do funcionamento da Justiça Eleitoral e da democracia.</p> <p>Produto: Produção de material digital (cartilha/manual/App/perfil nas redes sociais, outros) de orientação aos veículos de mídia corporativa, sobretudo na difusão da informação em matéria eleitoral no âmbito das redes sociais, produto este que também ficará disponível na FGV Direito Rio para pesquisa.</p>		de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP, IBRADE, outras), Escola Judiciária Eleitoral, EMERJ, CAO Eleitoral MPRJ etc.	partir do 3º período		
28	<p>PROJETO DE LEI PARA SIMPLIFICAR A DEDUÇÃO DE PLANOS DE SAÚDE EMPRESARIAIS NO IR PARA IDOSOS ACIMA DE 65 ANOS</p> <p>Problema: Como proteger idosos aposentados, que mantêm empresas abertas exclusivamente para continuar com seus planos de saúde, sem sobrecarregá-los com a burocracia fiscal que os expõem à fiscalização excessiva.</p> <p>Objetivo: Elaborar um projeto de lei que formalize a dedução no Imposto de Renda de despesas com planos de saúde empresariais para idosos, sem necessidade de comprovação a partir dos 65 anos, para evitar o impacto emocional e o custo de fiscalizações.</p> <p>Produto: Um projeto de lei que simplifique a comprovação do pagamento dos planos de saúde empresariais para idosos a partir dos 65 anos para fins de declaração no Imposto de Renda.</p>	Roberto Pio Borges	Idosos, representantes legais, autoridades fiscais e legislativas, como a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados, além de instituições de apoio aos idosos	Aberto para todo o corpo discente	6	10
29	<p>RECOMPENSAS A DENUNCIANTES: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA AMERICANA NO COMBATE A FRAUDES E OUTROS CRIMES DE MERCADO</p> <p>Problema: Atualmente, a legislação brasileira não prevê um programa de denúncias para o mercado de capitais. Esse cenário pode ser alterado em breve, caso o Projeto de Lei nº 2.581/2023, que já passou pelo Senado e está atualmente em trâmite na Câmara, seja aprovado. Nesse sentido, cabem debates e reflexões acerca da disciplina do tema, tendo em vista especialmente a experiência americana – jurisdição que conta com um programa de denúncias robusto da Securities & Exchange Commission (SEC), a CVM americana.</p> <p>Objetivo: Analisar a legislação e regulamentação dos Estados Unidos sobre programa de denúncias para o mercado de capitais, assim como casos concretos relacionados e a evolução do tema naquele país. Entender o Projeto de Lei brasileiro. Identificar benefícios no estabelecimento de recompensas para denunciante. Aplicar os conhecimentos adquiridos com a experiência americana na análise crítica do Projeto de Lei brasileiro. Propor sugestões à legislação e regulamentação sobre o tema.</p> <p>Produto: Relatório a ser apresentado às autoridades competentes com (i) identificação dos benefícios do estabelecimento de programa de denúncias para o mercado de capitais; e (ii) propostas ao Projeto de Lei, considerando, inclusive, o papel que a regulamentação da CVM desempenhará caso programa de incentivos a denúncias proposto seja aprovado pelo Congresso Nacional.</p>	Zora Lyra	Congresso Nacional. Comissão de Valores Mobiliários. Participantes do Mercado de Capitais. Sociedade civil.	Aberto para todo o corpo discente	6	10
30	<p>TRADUZINDO O DIREITO: CONSTITUCIONAL</p> <p>Problema: De que forma é possível traduzir o direito para uma linguagem simples?</p> <p>Objetivo: Traduzir parte do direito constitucional para uma linguagem simples.</p> <p>Produto: O presente projeto gerará material digital com o intuito de alcançar o maior número possível de pessoas de fora da comunidade jurídica. Dentre estes produtos estão previstos uma rede social e uma página web.</p>	Ilana Aló Cardoso Ribeiro	Público em geral, toda a comunidade não jurídica	Aberto para todo o corpo discente	6	10
31	<p>OS DESAFIOS DA CONSENSUALIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE MEIOS CONSENSUAIS DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ENVOLVENDO O ESTADO</p> <p>Problema: Como as formas consensuais de prevenção e resolução de conflitos têm sido aplicadas na prática.</p> <p>Objetivo: a proposta deste trabalho é permitir que os alunos investiguem quantitativa e qualitativamente como tem se dado na prática essa atuação consensual do Estado, observando quais os êxitos e quais os desafios enfrentados por instituições públicas que optam por esses mecanismos. Ao final, pretende-se elaborar um relatório com esses diagnósticos, mapeando quais os gargalos encontrados e, de preferência, indicando possíveis alternativas e soluções.</p>	Felipe S. Rogoginsky e Stela Hubne Porto	Órgão e Entes Públicos dotados de autonomia para adotar instrumentos consensuais de prevenção e resolução de conflitos	Aberto apenas para discentes do 5º período	6	10

<p>Produto: Ao final, espera-se que cada aluno produza um resultado compilando as análises feitas a partir do levantamento de instrumentos consensuais. Esses resumos serão compilados em um relatório apontando: (i) como diferentes órgãos e entes públicos têm adotado mecanismos de prevenção e resolução de conflitos; (ii) os problemas práticos envolvidos; e (iii) possíveis estratégias para solucioná-los.</p>					
---	--	--	--	--	--